

Itaguaçu da Bahia
Energias
Renováveis S.A.

**Demonstrações financeiras em
31 de dezembro de 2016**

Conteúdo

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras	3
Balancos patrimoniais	7
Demonstrações de resultado	8
Demonstrações de resultado abrangente	9
Demonstrações da mutação do patrimônio líquido	10
Demonstrações dos fluxos de caixa	11
Notas explicativas às demonstrações financeiras	12



KPMG Auditores Independentes
Av. Almirante Barroso, 52 - 4º andar
20031-000 - Rio de Janeiro/RJ - Brasil
Caixa Postal 2888 - CEP 20001-970 - Rio de Janeiro/RJ - Brasil
Telefone +55 (21) 3515-9400, Fax +55 (21) 3515-9000
www.kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos Conselheiros e Diretores da
Itaguaçu da Bahia Energias Renováveis S.A. - IBER
Rio de Janeiro - RJ

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Itaguaçu da Bahia Energias Renováveis S.A - IBER (Companhia), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2016 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais e consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Itaguaçu da Bahia Energias Renováveis S.A - IBER em 31 de dezembro de 2016, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.



Ênfase

Incerteza significativa relacionada com a continuidade operacional

Chamamos a atenção para as Notas explicativas N° 1.2 e N° 6 às demonstrações financeiras, que indica que a Companhia incorreu no prejuízo de R\$ 166.872 mil durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2016 e, nessa data, o passivo circulante da Companhia excedeu o total do ativo em R\$ 142.781 mil. O prejuízo é resultado do cálculo do fluxo de caixa descontado dos resultados baseados no valor presente líquido dos contratos de venda de energia das suas controladas. Conforme apresentado nas Notas explicativas mencionadas acima, esses eventos ou condições, juntamente com outros assuntos descritos nas Notas N° 1.2 e N° 6, indicam a existência de incerteza significativa que pode levantar dúvida substancial quanto à capacidade de continuidade operacional da companhia. Nossa opinião não está ressalvada em relação a esse assunto.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.



Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.



Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Rio de Janeiro, 17 de março de 2017

KPMG Auditores Independentes
CRC SP-014428/O-6 F-RJ

A handwritten signature in black ink, appearing to read 'C - 3 f', with a long horizontal line extending to the right.

Carla Bellanger
Contadora CRC 1SP196751/O-4

Itaguaçu da Bahia Energias Renováveis S.A.

Balancos patrimoniais em 31 de dezembro de 2016

(Em milhares de Reais)

	Nota	Controladora		Consolidado			Nota	Controladora		Consolidado	
		31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015			31/12/2016	31/12/2015		
Ativo						Passivo					
Circulante						Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	4	889	4.190	943	4.320	Fornecedores	9	41	189	99	508
Despesas antecipadas		-	-	54	42	Partes relacionadas - mútuo		-	9	-	-
Outros créditos		31	103	31	104	Obrigações - folha de pagto.		361	221	361	221
Tributos a compensar		315	19	353	55	Contrato de cessão de direitos		-	-	-	23.830
						Outros		-	-	-	-
		1.235	4.312	1.381	4.521	Tributos e contribuições a recolher		98	34	118	195
								500	453	578	24.754
Não Circulante						Não circulante					
Coligadas e Controladas	5	69.182	31.786	-	-	Adiantamento para futuro aumento de capital	10a	69.870	35.700	69.870	35.700
Créditos a receber		-	-	1	2	Contrato de cessão de direitos	10b	-	-	4.860	3.751
Despesas antecipadas		-	-	32	89	Provisão passivo a descoberto	11a	142.781	-	-	-
		69.182	31.786	33	91	Provisão para contrato oneroso	11b	-	-	68.826	-
						Retenção contratual		-	-	14	14
								212.651	35.700	143.570	39.465
Investimento						Patrimônio líquido (Passivo a descoberto)					
Participações Societárias	6	-	24.197	-	-	Capital social	12	27.137	27.137	27.137	27.137
						(-)Capital a Integralizar		(2.384)	(2.384)	(2.384)	(2.384)
Imobilizado						Prejuízo acumulado					
Imobilizado em Curso	7	5	-	17.949	11.133			(167.482)	(611)	(167.482)	(611)
(-) Impairment		-	-	(17.944)	-						
		5	-	5	11.133						
Intangível						Total do patrimônio líquido					
Intangível	8	-	-	73.685	72.616			(142.729)	24.142	(142.729)	24.142
(-) Impairment		-	-	(73.685)	-						
		-	-	-	72.616						
Total do Ativo		70.422	60.295	1.419	88.361	Total do Passivo e Patrimônio Líquido		70.422	60.295	1.419	88.361

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Itaguaçu da Bahia Energias Renováveis S.A.

Demonstrações de resultado

Exercício findo em 31 de dezembro de 2016

(Em milhares de Reais)

Nota	Controladora		Consolidado		
	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015	
Despesas operacionais					
Gerais e administrativas	13	(715)	(175)	(7.221)	(725)
Depreciação		-	(8)	(6)	
Resultado de equivalência patrimonial	6	(166.978)	(556)	-	-
Provisão para contrato oneroso		-	-	(68.826)	-
Provisão para Impairment		-	-	(91.628)	-
Prejuízo operacional antes dos efeitos financeiros		<u>(167.693)</u>	<u>(731)</u>	<u>(167.683)</u>	<u>(731)</u>
Receitas financeiras		863	121	867	121
Despesas financeiras		<u>(20)</u>	<u>(1)</u>	<u>(34)</u>	<u>(1)</u>
Contribuição social		(8)	-	(8)	-
Imposto de renda		(13)	-	(13)	-
Prejuízo do exercício		<u><u>(166.871)</u></u>	<u><u>(611)</u></u>	<u><u>(166.871)</u></u>	<u><u>(611)</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Itaguaçu da Bahia Energias Renováveis S.A.

Demonstrações de resultado abrangente

Exercício findo em 31 de dezembro de 2016

(Em milhares de Reais)

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>31/12/2016</u>	<u>31/12/2015</u>	<u>31/12/2016</u>	<u>31/12/2015</u>
Resultado do exercício	<u>(166.871)</u>	<u>(611)</u>	<u>(166.871)</u>	<u>(611)</u>
Resultado abrangentes totais	<u><u>(166.871)</u></u>	<u><u>(611)</u></u>	<u><u>(166.871)</u></u>	<u><u>(611)</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Itaguaçu da Bahia Energias Renováveis S.A.

Demonstrações da mutação do patrimônio líquido

Exercício findo em 31 de dezembro de 2016

(Em milhares de Reais)

	Capital social	Prejuízo acumulado	Total
Constituição da Companhia em 06 de julho de 2015	1	-	1
Aumento de Capital por Integralização de Ações	11 27.135	-	27.135
(-) Capital a Integralizar	(2.383)	-	(2.383)
Prejuízo do exercício	-	(611)	(611)
Saldo em 31 de dezembro de 2015	<u>24.753</u>	<u>(611)</u>	<u>24.142</u>
Prejuízo do exercício	-	(166.871)	(166.871)
Saldo em 31 de dezembro de 2016	<u>24.753</u>	<u>(167.482)</u>	<u>(142.729)</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Itaguaçu da Bahia Energias Renováveis S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa

Exercício findo em 31 de dezembro de 2016

(Em milhares de Reais)

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015
Prejuízo do exercício	(166.871)	(611)	(166.871)	(611)
Ajustados por:				
Depreciação e amortização	-	-	-	1
Equivalência patrimonial	166.978	556	-	-
Provisão para contrato oneroso	-	-	68.826	-
Provisão para Impairment	-	-	91.628	-
Resultado ajustado	107	(55)	(6.417)	(610)
Redução (Aumento) dos ativos				
Despesas antecipadas	-	-	45	3
Créditos a Receber	-	-	1	(1)
Outros créditos	72	(103)	73	(103)
Tributos a compensar	(296)	(19)	(298)	(19)
Caixa Líquido de transferencia de Ações				700
Aumento (Redução) dos passivos				
Fornecedores	(148)	189	(399)	434
Partes relacionadas - Mútuo	(9)	9	-	9
Obrigações estimadas	140	221	140	221
Tributos e contribuições a recolher	64	34	(77)	164
Contrato de cessão de direitos	-	-	(23.800)	-
Caixa líquido (utilizado nas) gerado pelas atividades operacionais	(70)	276	(30.732)	798
Fluxo de caixa das atividades de investimento				
Aquisição de imobilizado	(5)	-	(6.815)	(2.864)
Adiantamento para futuro aumento de capital das SPE's	(37.396)	(31.786)	-	(29.314)
Caixa líquido utilizado nas atividades de investimento	(37.401)	(31.786)	(6.815)	(32.178)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento				
Adiantamento para futuro aumento de capital	34.170	35.700	34.170	35.700
Caixa líquido utilizado nas atividades de financiamento	34.170	35.700	34.170	35.700
Aumento (Redução) do caixa e equivalentes de caixa	(3.301)	4.190	(3.377)	4.320
Demonstração da (redução) aumento de caixa e equivalentes de caixa				
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	4.190	-	4.320	-
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	889	4.190	943	4.320
	(3.301)	4.190	(3.377)	4.320

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

1 Contexto operacional

A Itaguaçu da Bahia Energias Renováveis S.A. (IBER ou Companhia) foi constituída em 2 de julho de 2015, a partir da associação de Furnas Centrais Elétricas S.A. com o Salus Fundo de Investimento em Participações e a Casa dos Ventos Energias Renováveis S.A. para atuar como holding de gestão do Complexo Eólico Itaguaçu da Bahia (Complexo), composto por dez parques eólicos situados no município de Itaguaçu da Bahia no Estado da Bahia.

O Complexo possuirá, segundo expectativa da Administração, 280 MW de potência instalada e comercializou, no Leilão 10/2013 A-5 de 2013, um total de 125,6 MW médios, com contratos para entrega de energia no Ambiente de Contratação Regulado (ACR) por 20 anos, a partir de maio de 2018. Serão instalados 140 aerogeradores de potência nominal de 2 MW e deverá ser implantada uma rede de distribuição de 34,5kV, interligado os parques eólicos à duas subestações de elevação compartilhadas de 34,5kV para 230kV, utilizando-se de uma linha de transmissão de 230kV, com cerca de 36km de extensão ligando o Complexo ao Sistema Interligado Nacional através da futura subestação denominada Gentio do Ouro II, também no Estado da Bahia.

Conforme exigido pelo Leilão, para implantação e exploração do Complexo foram constituídas Sociedades de Propósito Específico (SPE) para se estabelecerem como Produtoras Independentes de Energia Elétrica.

As sociedades investidas da IBER, que compõem o Complexo obtiveram a concatenação de prazos com os empreendimentos de transmissão licitados em 09 de janeiro de 2015, conforme Nota Técnica da ANEEL nº 225 de 02 de abril de 2015 e respectivo Despacho nº 1.567 de 19 de maio de 2015. Esta medida poderá mitigar riscos as sociedades investidas de possíveis perdas por atraso na conclusão das obras de transmissão.

O custo estimado da construção do Parque Eólico é de cerca de R\$ 1,58 bilhão. Os recursos necessários para a construção do Parque Eólico de Itaguaçu da Bahia serão viabilizados, segundo expectativa da Administração, por meio de uma estrutura financeira de "Project Finance", envolvendo aporte de capital pelos acionistas das SPE's e captação de financiamento de longo prazo e empréstimo ponte no curto prazo junto ao BNDES e Instituições Financeiras.

As atividades da IBER se iniciaram em agosto de 2015, sendo que os aportes iniciais de capital para constituição ocorreram em 2 de julho de 2015 no valor de R\$ 1, divididos por 49% da parte do FIP Salus, de 2% da parte da Casa dos Ventos e 49% da parte de Furnas.

A IBER tem por objeto social o investimento nas sociedades SPE's Geradora Eólica Itaguaçu da Bahia SPE S.A., Geradora Eólica Ventos de Santo Antônio SPE S.A., Geradora Eólica Ventos de São Bento SPE S.A., Geradora Eólica Ventos de São Cirilo SPE S.A., Geradora Eólica Ventos de São João SPE S.A., Geradora Eólica Ventos de São Rafael SPE S.A., Geradora Eólica Ventos de Santa Luiza SPE S.A., Geradora Eólica Ventos de Santa Madalena SPE S.A., Geradora Eólica Ventos de Santa Marcella SPE S.A., Geradora Eólica Ventos de Santa Vera SPE S.A., a comercialização de energia produzida por estas empresas, a realização de estudos, projetos, comissionamento e testes, operação e manutenção, gerenciamento e supervisão, incluindo a contratação de terceiros, a participação em projetos de geração de energia de fonte renovável, tais como solar, eólica, e de biomassa, desde que na localidade de Itaguaçu da Bahia, Estado da Bahia.

Em 31 de dezembro de 2016, o capital social autorizado da IBER é de R\$ 630 milhões.

Na data de 06 de agosto de 2015 foi assinado Contrato de Compra e Venda de Ações e Outras Avenças, por meio do qual o acionista FIP Salus - Fundo de Investimento vende suas cotas para o acionista Furnas Centrais Elétricas S.A. de acordo com o item 10.17.1 do Acordo de Acionistas. Este documento passou pela análise do CADE - Conselho Administrativo de Defesa Econômica e foi aprovado em 14/09/2015 e publicado no DOU em 15/09/2015. O processo foi protocolado no DEST - Departamento de Governança e Coordenação das Empresas Estatais, e até a emissão destas demonstrações financeiras, o processo ainda se encontra sob análise.

Este movimento societário fará com que a IBER e suas subsidiárias passem a ter o controle de capital público, consequentemente transformando-se em empresa pública após aprovação do DEST.

Todo o projeto do Complexo Eólico Itaguaçu da Bahia foi impactado pela falta de definição do fornecedor dos aerogeradores. Esta situação foi causada pelos problemas ocorridos com o fornecedor que tinha um pré-contrato assinado com o consórcio que participou no Leilão 10/2013 A-5 de 2013.

O Acionista Furnas Centrais Elétricas S.A., na qualidade de líder do consórcio, assinou pré-contrato de fornecimento, seguro, montagem, supervisão de montagem, testes de fábrica e campo, comissionamento, operação e manutenção dos aerogeradores com a WPE (IMPSA). Importante ressaltar que o referido pré-contrato responde por cerca de 65% do CAPEX global do Complexo Eólico, não tendo havido, até o momento, qualquer pagamento por parte das SPE's que, nos termos do pré-contrato, sucederam o Consórcio nos direitos e obrigações perante a WPE (IMPSA).

Contudo, considerando-se que em 23 de março de 2015, a WPE (IMPSA) entrou em processo de recuperação judicial, comprometendo o fornecimento dos aerogeradores, a Administração vem, assessorada por escritório de advocacia especializado, adotando medidas judiciais necessárias à denúncia do pré-contrato assinado pelos sócios e sucedidos pelas SPE's.

Conforme decisão do Conselho de Administração das SPE's em reunião realizada no dia 27/08/2015, (Parecer Jurídico e carta SP.N.E.012.2015 - Superintendência de Gestão de Negócios e de Participações da DN - Diretoria de Gestão de Novos Negócios de Participações de FURNAS), foi definido iniciar o processo de contratação do fornecedor substituto de aerogeradores.

A administração elaborou o Edital de concorrência pública, em conformidade com a lei 8.666/93, considerando a possível mudança do controle privado para controle público.

Desta forma a IBER passará a assumir as responsabilidades de gestão dos casos acima relatados e vem maximizando os seus esforços para ajustar o mínimo possível os cronogramas de implantação do Complexo Eólico, desenvolvendo os subprojetos possíveis de serem executados sem a definição dos Aerogeradores, tais como: Licenciamento ambiental; Implantação das torres anemométricas; Melhoria nos acessos e a Contratação do BOP Elétrico. Foi desenvolvido um novo cronograma de implantação e um plano de ação implementado para se buscar cumprir os prazos de entrega de energia, dentro das regras do Leilão 10/2013 A-5.

O processo licitatório CO.IBER.001.2015 lançado no final de 2015 não foi efetivado, em virtude das empresas participantes não estarem habilitadas e finalizado o processo em janeiro/2016.

Em 31 de março de 2016, foi realizada nova Audiência Pública, processo CO.IBER.001.2016 conforme determina o artigo 39 da Lei 8.666/93, que resultou em 716 questionamentos feitos pelas empresas participantes. Todas as contribuições foram analisadas e devido às alterações substanciais na minuta do Edital e seus anexos, se fez necessário uma nova Audiência Pública, a qual finalizou-se no dia 30/06/2016, com o recebimento de novas contribuições que totalizaram 253 questionamentos de empresas participantes.

Em 18 de julho de 2016, a IBER, após todas as análises e contribuições de melhorias sugeridas, publicou o Edital para aquisição, montagem e manutenção dos aerogeradores para o Complexo de Itaguaçu da Bahia. Em agosto de 2016, foram recebidos os Documentos de Habilitação e Proposta de uma única empresa, que não foi habilitada tecnicamente, resultando a licitação fracassada. Desta maneira, no dia 14 de outubro de 2016, a IBER publicou novo Edital para recebimento das propostas até o final da primeira quinzena de novembro, sendo que não houve interessados em participar da sessão pública.

Diante da ausência de interessados em participar da sessão, foi publicado no D.O.U do dia 21/11/2016 a decisão de suspender o certame sine die para melhor avaliação das condições de contratação, sendo reaberto o prazo para entrega da documentação de habilitação e proposta em 08/12/2016, após as devidas adequações nos instrumentos editalícios em função dos principais motivos apresentados pelos fornecedores.

Em evento subsequente na data de 09 de janeiro de 2017, foi realizada sessão pública para abertura da documentação de habilitação de um único fornecedor, que após habilitado, teve sua proposta comercial aberta em sessão pública ocorrida em 25 de janeiro de 2017, a qual encontra-se em análise pela IBER.

1.1 Considerações sobre o Complexo Eólico Itaguaçu da Bahia

A Companhia celebrou contratos de comercialização de energia no ambiente regulado - CCEAR, para entrega da energia em maio de 2018, e tendo em vista a possibilidade de atraso na conclusão das obras de transmissão que estão devidamente concatenadas com os projetos da IBER, poderá ocorrer um atraso em relação aos prazos constantes do CCEAR. Todos os proponentes ao Edital têm ciência do prazo de entrega de energia contratado.

Entretanto, ao mesmo tempo que a companhia prevê um atraso na entrega de energia de 12 meses, a ANEEL editou a Resolução Normativa nº 711 de 22/04/2016, que trata da celebração de acordos bilaterais entre partes signatárias de Contratos de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado - CCEAR. Esta resolução vem ao encontro dos anseios dos geradores e distribuidores de energia, tendo em vista a forte recessão econômica iniciada em 2015 que resultou em disponibilidade de energia no mercado, atualmente em torno de 10 GW médios, combinados com outras dificuldades no mercado de energia do país.

Este cenário possibilita algumas avaliações, pois a Administração entende que é provável que a economia dê sinais de recuperação nos próximos anos, sendo então necessária a reavaliação das possibilidades de fornecimento para anos posteriores a 2018, o que permitirá repactuar os contratos caso a caso com as distribuidoras compradoras. A companhia iniciou em junho de 2016 os contatos formais com as distribuidoras para avaliar a situação de cada uma e a repactuação das datas de entrega de energia. Até o encerramento das demonstrações financeiras a Companhia não tinha ainda respostas suficientes que pudessem servir de base para qualquer decisão ou negociação. Todas as empresas compradoras estão aguardando as definições econômicas e de mercado ocorrer para poderem tomar uma decisão sobre os contratos de comercialização.

A Companhia entende que os prazos de fornecimento dos diversos fornecedores estratégicos, neste momento, poderão cumprir o cronograma concatenado aprovado pela ANEEL conforme Nota Técnica 225/2015, de 02/04/2015 - SCG/ANEEL, para o ponto de interconexão na nova Subestação Gentio do Ouro II, evitando assim qualquer expectativa de atraso ou não cumprimento da entrega de energia do empreendimento. Entretanto, há possibilidade de ocorrer atrasos nas obras da concessão com a SE Gentio do Ouro II e LTs de 500Kv, devido à suspensão de marcos da licença da instalação, assim como nos atrasos já percebidos e amplamente divulgados nas obras da SE Gilbues.

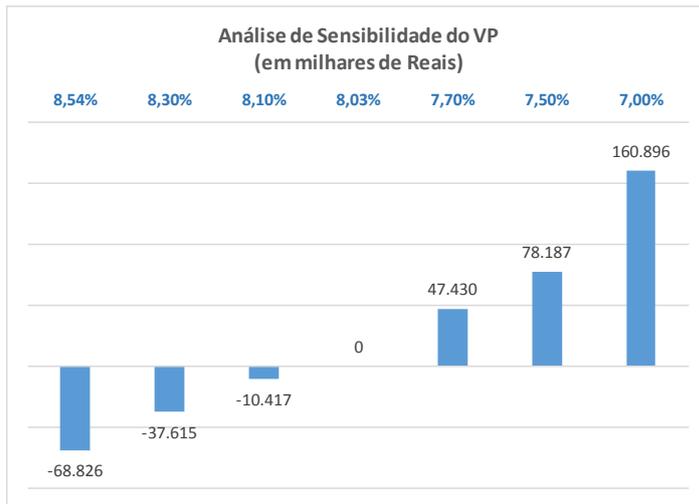
1.2 Provisão para *impairment* e contrato oneroso

A Companhia realizou em 31 de dezembro de 2016, avaliação individual de todas as suas unidades geradoras de caixa (UGC) quanto aos aspectos do *impairment* e contrato oneroso. Cada projeto eólico foi classificado como uma UGC e o cálculo foi preparado com base na visão e experiência da administração, considerando o estilo de gestão e as necessidades operacionais do projeto. A administração adotou os conceitos de gestão de projeto através da metodologia *PMBOK - Project Management Body of Knowledge*, a qual é amplamente difundida na Companhia.

A Companhia atualizou as premissas de cálculo utilizadas por ocasião do Leilão de Energia 10/2013, baseando-se num novo cronograma de construção e na possibilidade de fornecimento de aerogeradores através do EDITAL CO.IBER.002.2016, o qual foi preparado pela diretoria técnica. Este novo cronograma considerou que Parques Eólicos do Complexo Itaguaçu entrariam em operação comercial em Maio/2019, com o prazo concatenado com a linha de transmissão.

Também foram observadas as premissas editadas pelo acionista Furnas Centrais Elétricas S.A. consoante normas e premissas adotadas pelo Grupo Eletrobras.

A taxa de desconto utilizada foi calculada de acordo com a metodologia WACC de custo de capital, adotada pelo acionista controlador, e resultou numa taxa de 8,54%, utilizando-se a tributação pelo lucro presumido. Como vemos, projetos deste tamanho e com o prazo da autorização ANEEL de 35 anos, a sensibilidade da taxa é muito elevada. O cálculo resultou numa provisão de R\$ 68.826 mil ainda que o projeto tenha uma TIR - Taxa Interna de Retorno de 8,03%.



Considerando que o projeto do Complexo Eólico de Itaguaçu da Bahia tem vários pontos positivos e mesmo que neste momento econômico apresente uma provisão de contrato oneroso a administração e os acionistas tem a convicta consciência de que o projeto é viável e será implantado. Em carta datada de 07/02/2017, o acionista controlador se compromete a não medir esforços para viabilizar o início da construção do Complexo Eólico com o objetivo de atender os prazos de entrega da energia contratada. Com base nesta afirmação a administração desenvolverá um plano de ação para que a provisão de contrato oneroso seja revertida ainda no exercício de 2017. Entre as medidas a serem tomadas, a administração planeja fazer:

- Preparação de todos os processos de licitação contendo as bases de tomadas de preços buscando a redução dos custos de construção;
- Análise de todos os projetos e contra-partidas ambientais;
- Análise de todas as necessidades de prestação de serviços para o Complexo Eólico nas fases pré-operacional e de O&M;
- Utilização de tecnologias diversas para redução e controle de custos administrativos e de construção;
- Negociação junto a instituições financeiras visando a redução de juros de longo prazo e comissões de financiamento;

Além destas medidas, é sabido e amplamente divulgado que o Governo Federal vem envidando esforços para promover uma redução de taxas de juros para as empresas, bem como ampliando programas de financiamento para projetos de infraestrutura junto ao BNDES. A TJLP - Taxa de Juros de Longo Prazo, utilizado no cálculo foi de 7,5% ao ano, o que poderá ser reduzida ao patamar 3,5% ao ano, como aconteceu em anos anteriores, onde as taxas para projetos de geração de energia sofreram forte queda. Se houver uma redução expressiva como aconteceu anteriormente, a provisão para *impairment* e de contrato oneroso poderão ser revertidas. Outro aspecto do cálculo é a tributação federal de IRPJ e CSLL. No modelo de cálculo foi ajustada a taxa para utilizar a tributação pelo Lucro Presumido. A Companhia atualmente utiliza o regime tributário do Lucro Real e deverá ficar nesta modalidade até meados de 2028, tendo em vista a amortização dos prejuízos pré-operacionais acumulados e dos juros da dívida. Esta forma de tributação amplia o resultado final da Companhia.

A Companhia apurou um passivo a descoberto em controladas no valor de R\$ 142.781 que se refere ao reflexo do lançamento da provisão para *impairment* e contrato oneroso registrados em 31/12/2016 conforme Nota 11a.

1.3 Aprovação das demonstrações financeiras

A conclusão e emissão das demonstrações financeiras da controladora e consolidado, foram aprovadas pela Diretoria da companhia em 15 de março de 2017.

2 Bases de preparação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras da Companhia, compreendem:

(1) Demonstrações consolidadas

As demonstrações financeiras consolidadas da Companhia foram elaboradas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

(2) Demonstrações financeiras individuais da controladora

As demonstrações financeiras individuais da Controladora foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem as disposições societária, previstas na Lei nº 6.404/76 com alterações da Lei nº 11.638/07 e Lei nº 11.941/09, e os pronunciamentos contábeis, interpretações e orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”).

a. Base de consolidação

As demonstrações financeiras consolidadas incluem as informações da IBER e das seguintes controladas integrais:

Geradora Eólica Itaguaçu da Bahia SPE S.A., Geradora Eólica Ventos de Santo Antônio SPE S.A., Geradora Eólica Ventos de São Bento SPE S.A., Geradora Eólica Ventos de São Cirilo SPE S.A., Geradora Eólica Ventos de São João SPE S.A., Geradora Eólica Ventos de São Rafael SPE S.A., Geradora Eólica Ventos de Santa Luiza SPE S.A., Geradora Eólica Ventos de Santa Madalena SPE S.A., Geradora Eólica Ventos de Santa Marcella SPE S.A., Geradora Eólica Ventos de Santa Vera SPE S.A.

Na elaboração das demonstrações financeiras consolidadas, foram utilizadas as demonstrações financeiras das sociedades controladas na mesma data das demonstrações da controladora.

Os saldos e as transações entre as companhias foram eliminados nas demonstrações financeiras consolidadas.

b. Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico.

c. Moeda funcional e de apresentação

Essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da IBER e suas controladas. Todas as informações financeiras apresentadas em Real foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

d. Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as normas CPC exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

3 Principais políticas contábeis

As políticas contábeis e os métodos de cálculo das demonstrações financeiras descritas em detalhes abaixo foram aplicados de acordo com aquelas que já eram aplicadas na companhia no exercício findo em 31 de dezembro de 2015, publicadas em 26/04/2016, mantendo a uniformidade.

a. Base de consolidação

(i) Controladas

As demonstrações financeiras de controladas são incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas a partir da data em que o controle se inicia até a data em que o controle deixa de existir. As políticas contábeis de controladas estão alinhadas com as políticas adotadas pela Companhia.

Nas demonstrações financeiras individuais, as controladas são avaliadas pelo método de equivalência patrimonial.

(ii) Transações eliminadas na consolidação

Saldos e transações entre as companhias, e quaisquer receitas ou despesas derivadas destas, são eliminados na preparação das demonstrações financeiras consolidadas. Ganhos não realizados oriundos de transações com companhias investidas registrado por equivalência patrimonial são eliminados contra o investimento na proporção da participação nas investidas. Prejuízos não realizados são eliminados da mesma maneira como são eliminados os ganhos não realizados, mas somente até o ponto em que não haja evidência de perda por redução ao valor recuperável.

b. Instrumentos financeiros

(i) Ativos financeiros não derivativos

A Companhia deixa de reconhecer um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia cede e transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação no qual essencialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Eventual participação que seja criada ou retida pela Companhia nos ativos financeiros são reconhecidos como um ativo ou passivo individual.

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, somente quando, a Companhia tenha o direito legal de compensar os valores e tenha a intenção de liquidar em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

A Companhia tem os seguintes ativos financeiros não derivativos: caixa e equivalentes de caixa.

a. Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa abrangem saldos de caixa e investimentos financeiros com vencimento original de três meses ou menos a partir da data da contratação. Os quais são sujeitos a um risco insignificante de alteração no valor, e são utilizadas na gestão das obrigações de curto prazo. As aplicações financeiras em Certificados de Depósitos Bancários - CDI estão mensuradas ao seu valor de justo na data do balanço.

(ii) Passivos financeiros não derivativos

A Companhia reconhece passivos subordinados inicialmente na data em que são originados. Todos os outros passivos financeiros são reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual a Companhia se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento. A Companhia baixa um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retiradas, canceladas ou pagas.

A Companhia tem os seguintes passivos financeiros não derivativos: fornecedores e outras contas a pagar.

a. Fornecedores

Referem-se a serviços necessários as operações da Companhia e suas controladas, cujos valores são conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos, variações monetárias e/ou cambiais incorridos até a data do balanço.

(iii) Outros ativos e passivos (circulante e não circulante)

a. Reconhecimento e mensuração

Um ativo é reconhecido no balanço patrimonial quando for provável que seus benefícios econômico-futuros serão gerados em favor da Companhia e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança. Um passivo é reconhecido no balanço patrimonial quando a Companhia possui uma obrigação legal ou é constituído como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. São acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias ou cambiais incorridos. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido. Os ativos e passivos são classificados como circulantes quando sua realização ou liquidação é provável que ocorra nos próximos doze meses. Caso contrário, são demonstrados como não circulantes.

(iv) Imobilizado

(i) Reconhecimento e mensuração

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição, formação ou construção. O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo. Quando partes de um item do imobilizado tem diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens individuais (componentes principais) de imobilizado. São submetidos ao teste de recuperabilidade (*impairment*) quando existirem indícios de possível perda de valor.

(ii) Depreciação

A depreciação é calculada sobre o valor depreciável, que é o custo de um ativo, ou outro valor substituto do custo, deduzido do valor residual. A depreciação é reconhecida no resultado baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas de cada parte de um item do imobilizado, já que esse método é o que mais perto reflete o padrão de consumo benefícios econômicos futuros incorporados no ativo.

(iii) Intangível

Refere-se ao custo de software e de cessão e transferência de direitos relativos ao projeto de exploração do Parque Eólico. É registrado ao custo de aquisição, deduzido da amortização acumulada apurada pelo método linear. São submetidos ao teste de recuperabilidade (*impairment*) quando existirem indícios de possível perda de valor.

(i) Avaliação do valor de recuperação do imobilizado e intangível

A Companhia e suas controladas avaliam periodicamente os bens do imobilizado e intangível com a finalidade de identificar evidências que levem a perdas de valores não recuperáveis da unidade geradora de caixa ou intangíveis, ou, ainda, quando eventos ou alterações significativas indicarem que o valor contábil possa não ser recuperável. Se identificado que o valor contábil do ativo excede o valor recuperável, essa perda é reconhecida no resultado.

(iv) Resultado

As atividades da IBER se iniciaram em agosto de 2015, sendo que os aportes iniciais de capital para constituição ocorreram em 2 de julho de 2015 no valor de R\$ 1, divididos por 49% da parte do FIP Salus, de 2% da parte da Casa dos Ventos e 49% da parte de Furnas.

3.1 Novas normas e interpretações ainda não adotadas

Uma série de novas normas, alterações de normas e interpretações, resumidas abaixo, serão efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2017. A Companhia não adotou essas alterações na preparação destas demonstrações financeiras. A Companhia não planeja adotar estas normas de forma antecipada.

- IFRS 9 - Instrumentos financeiros;
- IFRS 15 - Receita de contratos de clientes;
- *IFRS 16 Leases (Arrendamentos)*
- Modificações às IAS 16 e IAS 41 - Ativo Imobilizado, Ativo biológico e Produto agrícola;
- Modificações à IAS 16 e IAS 38 - Esclarecimentos sobre os Métodos aceitos de Depreciação e Amortização.
- Modificação às IFRS - Ciclos de Melhorias Anuais 2012-2014;
- Modificações às IAS 1 - Esclarecimentos sobre o processo julgamental de divulgações das Demonstrações Financeiras;
- Modificações o CPC 10 (IFRS 2)
- Modificações ao CPC 36 Demonstrações Consolidadas (IFRS 10) e ao CPC 18 Investimento em Coligada (IAS 28)

O Comitê de Pronunciamentos Contábeis ainda não emitiu pronunciamento contábil ou alteração nos pronunciamentos vigentes correspondentes a todas as novas IFRS. Portanto, a adoção antecipada dessas IFRS não é permitida para entidades que divulgam as suas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Até o momento da emissão deste relatório, A administração não havia concluído sobre a aplicabilidade destas normas nas demonstrações financeiras.

4 Caixa e equivalentes de caixa

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015
Caixa e saldos em conta corrente bancária	1	2	3	2
Aplicações financeiras	888	4.188	940	4.318
Total	889	4.190	943	4.320

Tendo em vista a utilização imediata dos fundos de recursos da Companhia, as aplicações financeiras possuem características de aplicação de curtíssimo prazo diretamente em conta corrente no Banco Bradesco, com o objetivo de remunerar o saldo diário através do CDI - Certificados de Depósito Interbancário (aplicações automáticas realizadas pela instituição financeira). Por esta razão, foram considerados como equivalentes de caixa.

5 Crédito com controladas

Os saldos classificados no ativo não circulante, na controladora, referem-se a valores repassados para as SPE's, conforme demonstrado abaixo, visando suportar as despesas administrativas e técnicas, rateadas entre as empresas ligadas ao Complexo Eólico Itaguaçu da Bahia. Estes recursos foram aportados para a continuidade do cronograma do Complexo. Estes recursos serão totalmente integralizados como capital social nas SPE's investidas em 2017.

	Controladora	
	31/12/2016	31/12/2015
Geradora Eólica Itaguaçu da Bahia SPE S.A.	7.430	3.437
Geradora Eólica Ventos de Santa Luiza SPE S.A.	6.851	3.151
Geradora Eólica Ventos de Santa Madalena SPE S.A.	6.859	3.150
Geradora Eólica Ventos de Santa Marcella SPE S.A.	6.909	3.149
Geradora Eólica Ventos de Santa Vera SPE S.A.	6.845	3.149
Geradora Eólica Ventos de Santo Antônio SPE S.A.	6.910	3.149
Geradora Eólica Ventos de São Bento SPE S.A.	6.847	3.152
Geradora Eólica Ventos de São Cirilo SPE S.A.	6.845	3.149
Geradora Eólica Ventos de São João SPE S.A.	6.842	3.150
Geradora Eólica Ventos de São Rafael SPE S.A.	6.844	3.150
	69.182	31.786
	69.182	31.786

6 Investimentos

Referem-se a valores de participações em SPE's que fazem parte do Complexo Itaguaçu da Bahia, adquiridos como parte da integralização do capital subscrito, conforme aprovado na AGE de 05 de agosto 2015 das SPE's. A formação do Grupo Econômico se deu por meio da conversão das SPE's em subsidiárias integrais da IBER.

Investimentos	Investimento em 31/12/2015	Equivalência Patrimonial	Passivo a descoberto	Investimento em 31/12/2016
Geradora Eólica Itaguaçu da Bahia	2.388	(17.183)	14.795	-
Geradora Eólica Ventos de Santa Luiza	2.421	(16.631)	14.210	-
Geradora Eólica Ventos de Santa Madalena	2.422	(16.641)	14.219	-
Geradora Eólica Ventos de Santa Marcella	2.423	(16.691)	14.268	-
Geradora Eólica Ventos de Santa Vera	2.425	(16.629)	14.204	-
Geradora Eólica Ventos de Santo Antônio	2.425	(16.694)	14.269	-
Geradora Eólica Ventos de São Bento	2.420	(16.627)	14.207	-
Geradora Eólica Ventos de São Cirilo	2.425	(16.629)	14.204	-
Geradora Eólica Ventos de São João	2.424	(16.626)	14.202	-
Geradora Eólica Ventos de São Rafael	2.424	(16.627)	14.203	-
	24.197	(166.978)	142.781	-

Considerando que a Companhia apresenta participação de 100% no capital de suas investidas e o respectivo patrimônio líquido em 31 de dezembro de 2016 está negativo, foi registrado passivo a descoberto em 31 de dezembro de 2016 no montante de R\$ 142.781.

7 Imobilizado

Reconhecimento e mensuração

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição, formação ou construção.

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015
Em operação				
Móveis e Utensílios	5	-	99	101
Em curso				
Seguro (a)	-	-	191	57
Serviços de Terceiros (b)	-	-	3.384	2.311
Adiantamento a Fornecedores	-	-	-	7.350
Máquinas e Equipamentos	-	-	14.275	1.314
(-) <i>Impairment</i> (c)	-	-	(17.944)	-
Total	5	-	5	11.133

- (a) O saldo de seguros refere-se aos prêmios apropriados de seguros de responsabilidade civil dos administradores no valor de R\$ 60 em 31 de dezembro de 2016 e garantia de fiel cumprimento de contratos CCEAR no valor de R\$ 131 em 31 de dezembro de 2016.
- (b) Após o término da obra será reclassificado para as rubricas devidas
- (c) Provisão para perdas - *Impairment*

A Companhia realizou em 31 de dezembro de 2016, avaliação individual de todas as suas unidades geradoras de caixa (UGC) quanto aos aspectos do *impairment* e contrato oneroso de acordo com os CPC's 01 e 25. O valor recuperável da UGC é determinado com base em cálculos do valor em uso, através de fluxos de caixas projetados, após o imposto de renda e a contribuição social, baseados nos orçamentos financeiros aprovados pela Administração. Principais premissas adotadas:

Taxa de desconto para o fluxo de caixa:	8,54% pós-tax
Preço da receita:	De acordo com os contratos de CCEAR vigentes
Taxa de fiscalização da ANEEL:	Calculada integralmente durante o prazo das autorizações
Depreciação:	Taxa média conforme manual da Aneel.
Pessoal, materiais, serviços e outros:	Orçamento financeiro apurado de acordo com os objetivos da administração
Prazos do Fluxo de Caixa:	De Acordo com as autorizações, até 2049.
Investimento em Ativos:	Calculado com base em preços vigentes em 31/12/2016

Como resultado, em 2016 foi constituída uma provisão para perdas com o Ativo Imobilizado no valor de R\$ 17.944.

A controladora não possui ativo imobilizado relevante. Abaixo segue a movimentação do imobilizado consolidado:

	Saldo em 31/12/2015	Adições	Depreciação	Transferência	Impairment	Saldo em 31/12/2016
Em Serviço						
Móveis e Utensílios	101	5	(7)	-	-	99
Em curso						
Seguro	57	134	-	-	-	191
Serviços de Terceiros	2.311	1.073	-	-	-	3.384
Adiantamento a Fornecedores	7.350	3.648	-	(10.998)	-	-
Máquinas e Equipamentos	1.314	1.963	-	10.998	-	14.275
(-) Impairment	-	-	-	-	(17.944)	(17.944)
	<u>11.133</u>	<u>6.823</u>	<u>(7)</u>	<u>-</u>	<u>(17.944)</u>	<u>5</u>

8 Intangível

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015
Em serviço - Software	-	-	4	7
Em curso - Cessão de direitos (a)	-	-	73.681	72.609
(-) Impairment (b)	-	-	(73.685)	-
Total	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>72.616</u>

(a) Cessão de direitos

Refere-se a custo de cessão e transferência de direitos relativos ao projeto de exploração do Complexo Eólico Itaguaçu da Bahia, adquirido de Casa dos Ventos Energias Renováveis S.A., conforme contrato de 10 de novembro de 2014, a ser amortizados pelo prazo de concessão, quando da entrada em operação do parque eólico. A atualização financeira estipulada em contrato está sendo capitalizada no intangível, até o início das operações dos parques eólicos. No semestre essa capitalização montou a R\$ 1.072 nas controladas.

(b) Provisão para perdas - Impairment

Como resultado, em 2016 foi constituída uma provisão para perdas com o Ativo Intangível no valor de R\$ 73.685.

Abaixo segue a movimentação do intangível consolidado:

	Saldos em 31/12/2015	Adições	Amortização	Impairment	Saldos em 31/12/2016
Em Serviço					
Software	7	-	(3)	-	4
Em curso					
Cessão de direitos	72.609	1.072	-	-	73.681
(-) Impairment	-	-	-	(73.685)	(73.685)
	<u>72.616</u>	<u>1.072</u>	<u>(3)</u>	<u>(73.685)</u>	<u>-</u>

9 Fornecedores

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015
Cartão de Credito Empresarial - Bradesco	-	8	-	8
M D Advogados	-	110	-	110
Telefônica Brasil S.A	4	10	4	10
Dressler Contabilidade Empresarial S/S - EPP	-	-	58	46
Bradesco Saúde S.A	37	-	37	27
Ambientare Soluções Ambientais Ltda.	-	-	-	180
Siqueira Castro Advogados	-	39	-	39
Outros	-	22	-	88
	41	189	99	508

10 Partes Relacionadas

- (a) Referem-se aos aportes efetuados pelos acionistas para futuro aumento de capital. A integralização de capital aguarda o processo de autorização do Contrato de Compra e Venda de Ações e Outras Avenças pela SEST, para serem convertidos em ações e levado ao capital social. O quadro abaixo identifica as origens dos saldos:

Acionista	Valor Aportado	
	31/12/2016	31/12/2015
Furnas Centrais Elétricas S.A.	67.130	34.300
Casa dos Ventos Energias Renováveis S.A.	2.740	1.400
	69.870	35.700

- (b) Os saldos classificados no passivo não circulante, no consolidado, sob o título Contrato de cessão de direitos, referem-se a valor a pagar pelas SPE's à Casa dos Ventos Energias Renováveis S.A. em decorrência do Termo de Cessão e Transferência de Direitos de Exploração do projeto do Parque Eólico Itaguaçu da Bahia, assinado em 10 de novembro de 2014, o qual é atualizado pela variação do CDI (Certificado de Depósito Interbancário). A parcela final vence em 01 de maio de 2018.

	Controladora 31/12/2016			Consolidado 31/12/2016		
	Circulante	Não Circulante	Total	Circulante	Não Circulante	Total
Contrato de cessão de direitos	-	-	-	-	4.860	4.860

- (c) A remuneração dos administradores está registrada conforme descrito na 1ª Ata de Assembleia Geral de Constituição, de 02 de junho de 2015, o limite para remuneração anual global dos administradores para o exercício de 2016 é de R\$ 1.451. No exercício a remuneração total paga aos administradores foi de R\$ 1.079. A demonstração dos valores poderá ser verificada na nota 13.

11 Provisões

a. Provisões para passivo a descoberto em controladas

Referem-se a valores de participações nas SPE's que fazem parte do Complexo Eólico Itaguaçu da Bahia S.A. com o Patrimônio Líquido a Descoberto.

Investimentos	31/12/2016
Geradora Eólica Itaguaçu da Bahia SPE S.A	14.795
Geradora Eólica Ventos de Santa Luiza SPE S.A	14.210
Geradora Eólica Ventos de Santa Madalena SPE S.A	14.219
Geradora Eólica Ventos de Santa Marcella SPE S.A	14.268
Geradora Eólica Ventos de Santa Vera SPE S.A.	14.204
Geradora Eólica Ventos de Santo Antônio SPE S.A	14.269
Geradora Eólica Ventos de São Bento SPE S.A	14.207
Geradora Eólica Ventos de São Cirilo SPE S.A	14.204
Geradora Eólica Ventos de São João SPE S.A	14.202
Geradora Eólica Ventos de São Rafael SPE S.A.	14.203
	142.781

b. Provisão para contrato oneroso

A Companhia executou o procedimento técnico de cálculo do contrato de venda de energia das SPE's investidas, assinado no ambiente regulado - CCEAR, conforme o CPC 25-68, e de acordo com os procedimentos de seu acionista controlador, através do método do fluxo de caixa descontado, apurando-se um valor presente líquido do contrato, com o objetivo de verificar se os investimentos inevitáveis de satisfazer as obrigações do contrato já não excedem os benefícios econômicos que se espera, sejam recebidos ao longo do mesmo contrato e do prazo das autorizações da ANEEL.

Com base nas ações descritas na Nota 1.2, a Administração registrou a provisão de contrato oneroso para os Complexos Eólicos que compõe o investimento da IBER de acordo com as premissas citadas e de acordo com as regras colocadas pelo acionista controlador, conforme detalhe abaixo:

Provisão para contrato oneroso	31/12/2016
Geradora Eólica Itaguaçu da Bahia SPE S.A	6.883
Geradora Eólica Ventos de Santa Luiza SPE S.A	6.883
Geradora Eólica Ventos de Santa Madalena SPE S.A	6.883
Geradora Eólica Ventos de Santa Marcella SPE S.A	6.883
Geradora Eólica Ventos de Santa Vera SPE S.A.	6.883
Geradora Eólica Ventos de Santo Antônio SPE S.A	6.883
Geradora Eólica Ventos de São Bento SPE S.A	6.882
Geradora Eólica Ventos de São Cirilo SPE S.A	6.882
Geradora Eólica Ventos de São João SPE S.A	6.882
Geradora Eólica Ventos de São Rafael SPE S.A.	6.882
	68.826
Total	68.826

12 Capital Social

Em 2 de julho de 2015, o capital social inicial subscrito e integralizado está representado por 1.000 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal. Cada ação ordinária dá direito a um voto nas deliberações das assembleias gerais da sociedade. Em 05 de agosto de 2015, conforme AGE, foi aprovada a transferência de titularidade das ações das geradoras do Complexo Eólico Itaguaçu da Bahia, que eram dos mesmos acionistas da IBER, para integralização de capital na própria IBER para formação do grupo econômico.

O capital social subscrito é de R\$ 27.137, do qual R\$ 24.753 foi integralizado com a incorporação de ações das investidas Geradora Eólica Itaguaçu da Bahia SPE S.A., Geradora Eólica Ventos de Santo Antônio SPE S.A., Geradora Eólica Ventos de São Bento SPE S.A., Geradora Eólica Ventos de São Cirilo SPE S.A., Geradora Eólica Ventos de São João SPE S.A., Geradora Eólica Ventos de São Rafael SPE S.A., Geradora Eólica Ventos de Santa Luiza SPE S.A., Geradora Eólica Ventos de Santa Madalena SPE S.A., Geradora Eólica Ventos de Santa Marcella SPE S.A., Geradora Eólica Ventos de Santa Vera SPE S.A., entrando como base o valor contábil do patrimônio líquido das investidas na data base de 30 de junho de 2015, ajustado pelo resultado incorrido das investidas até 30 de novembro de 2015, considerando que o registro do capital na JUCERJ ocorreu em dezembro de 2015. Desta forma o capital a integralizar em 31 de dezembro de 2015 é de R\$ 2.384.

A documentação do citado ato societário aprovada pela JUCERJA em 03 de dezembro de 2015, e foi re-ratificada junto à JUCERJ em abril de 2016, para ajustes da integralização do capital com o patrimônio das investidas em 30 de novembro de 2015, e consequente re-ratificação dos registros dos boletins de subscrição e transcrição em definitivo, após registro, no Livro de Registro de Ações da Companhia. Tal re-ratificação encontra-se na JUCERJA aguardando registro.

A composição acionária, com base no capital integralizado em 31 de dezembro de 2016, está demonstrada a seguir:

Capital Social	Quantidade de ações	Participação %
Furnas Centrais Elétricas S.A.	13.297	49,00
Salus Fundo de Investimentos e Participações	13.297	49,00
Casa dos Ventos Energias Renováveis S.A.	543	2,00
	<u>27.137</u>	<u>100,00</u>

O Capital a Integralizar foi registrado mediante ao Patrimônio Líquido do Balanço de 30 de novembro de 2015.

(-) Capital a Integralizar	Quantidade de ações	Participação %
Furnas Centrais Elétricas S.A.	(1.168)	49,00
Salus Fundo de Investimentos e Participações	(1.168)	49,00
Casa dos Ventos Energias Renováveis S.A.	(48)	2,00
	<u>(2.384)</u>	<u>100,00</u>

13 Despesas operacionais

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015
Pessoal	(217)	(67)	(3.522)	(308)
Administradores	(234)	(20)	(1.079)	(135)
Serviços de terceiros	(189)	(72)	(2.418)	(249)
Depreciação	-	-	(8)	(6)
Materiais	(12)	-	(17)	-
Arrendamentos	(23)	(12)	(147)	(23)
Tributos	(12)	(2)	(14)	(7)
Outros	(28)	(2)	(24)	(3)
Contrato oneroso	-	-	(68.826)	-
Impairment	-	-	(91.628)	-
Total	(715)	(175)	(167.683)	(731)

As despesas acima referem-se a gestão administrativo-financeira e técnica da Companhia e suas investidas. As despesas totais desta gestão estão identificadas na coluna consolidado e são transferidas para as geradoras através de critérios de rateio de despesas.

14 Instrumentos financeiros

Os valores contábeis dos instrumentos financeiros, ativo caixa e equivalentes de caixa e passivo - fornecedores são equivalentes em 31 de dezembro de 2016.

a. Operações com derivativos

A Companhia não possui operações com derivativos em 31 de dezembro de 2016, nem operou com derivativos no exercício. No entanto, caso haja utilização poderá ser considerada com a finalidade de evitar exposições a riscos.

b. Gestão de Capital

A Companhia obtém recursos diretamente por aportes realizados por seus acionistas, destinando-se principalmente ao seu programa de investimentos nos empreendimentos de geração eólica e à Administração de seu caixa para capital de giro e compromissos financeiros.

c. Gestão de Risco

No exercício de suas atividades, construção, operação e manutenção do Complexo Eólico de Itaguaçu da Bahia, a Companhia é impactada por eventos de riscos que podem comprometer os seus objetivos estratégicos. O gerenciamento de riscos tem como principal objetivo antecipar e minimizar os efeitos adversos de tais eventos nos negócios e resultados econômico-financeiros da Companhia.

Para a gestão de riscos financeiros, a Empresa definiu políticas e estratégias operacionais e financeiras, aprovadas por comitês internos e pela Administração, que visam conferir liquidez, segurança e rentabilidade a seus ativos e garantindo a execução das obras de implantação do Complexo Eólico.

Os principais riscos operacionais e financeiros identificados no processo de gerenciamento de riscos são:

- **Risco do fornecimento de aerogeradores**

É o principal item do imobilizado e corresponde a aproximadamente 80% do total do investimento. O risco associado seria a impossibilidade de realizar a montagem dos aerogeradores em tempo hábil para atender os contratos do CCEAR. A ação que mitigou este risco foi a contratação dos aerogeradores em tempo hábil através de processo licitatório. A indisponibilidade do aerogerador impacta diretamente no início das atividades de *micrositing*, projeto básico e executivo e licenciamento ambiental, gerando atraso na entrada da operação comercial.

Outro risco associado aos aerogeradores seria o risco de financiamento. Este é um risco que retrata a situação de contratação de financiamento de curto e longo prazos junto a instituições financeiras de fomento em linhas de crédito aplicáveis a obras de infraestrutura. Para mitigar este risco a Companhia pretende adiantar todo o processo de financiamento de curto e longo prazos assim que os aerogeradores forem definidos.

- **Risco de construção do parque e gestão da obra**

O risco associado é o de performance e entrega. É um risco referente a contratação de fornecedores com experiência comprovada, seguros de risco de engenharia, transporte e responsabilidade civil para mitigar possíveis perdas, além de incluir nos contratos cláusulas de responsabilidade e penalidades por descumprimento. Os objetivos são os de evitar o incremento de valor do investimento, indisponibilidade, e atraso nas obras civis.

- **Risco de operação e manutenção**

Este risco trata do O&M do Complexo Eólico e está associado a necessidade de contratação de seguros de operação para cobertura de eventos classificados como força maior, guerra e greve, ações climáticas entre outras situações onde a gestão da Companhia não tenha ação por sua conta. A sua mitigado com o estudo e contratação de seguros especializados para evitar perdas financeiras.

- **Risco de obsolescência da tecnologia dos equipamentos**

A tecnologia do setor elétrico é muito antiga. Os conceitos de engenharia de linhas de transmissão e subestações pouco mudaram nas últimas décadas. Entretanto a fonte de energia do Complexo, o vento, propõe uma tecnologia mais avançada e que vem ao longo do tempo ganhando em performance e capacidade. A escolha do fornecedor de aerogeradores se dá não só pelo critério de preço, mas também pelo critério de tecnologia utilizada que deverá estar sob domínio total no mercado, ou seja, que não seja antiquada e que não seja a última versão. Com esta visão a Administração espera buscar fabricantes de peças de reposição, manter estoques de equipamentos e peças de uso crítico, dentro de um padrão tecnológico padronizado no mercado. A sua mitigação necessária para evitar a indisponibilidade de equipamentos e aerogeradores, como também sua obsolescência, influenciando diretamente na geração de energia e no caixa da Companhia.

- **Risco cambial e de descasamento de índices financeiros**
Este é risco sempre presente em qualquer tipo de negócio. A Administração acredita que deve celebrar contratos sempre reajustados pelo mesmo índice de reajuste das receitas, no caso o IPCA, e também, dar preferência para aquisições de equipamentos nacionais ou nacionalizados que tenham pouca ou nenhuma interferência de índices cambiais. A Companhia irá mitigá-lo para evitar o descasamento das variáveis financeiras da receita em contrapartida do investimento, custos e despesas, evitando exposições financeiras a variáveis macroeconômicas.
- **Risco ambiental**
É um risco que pretende ser mitigado evitando o atraso no licenciamento de todo o Complexo Eólico e que para tal, necessitará de gestão estratégica de acompanhamento técnico junto aos órgãos ambientais e gerenciamento de condicionantes ao licenciamento.
- **Risco de regularização fundiária**
O risco fundiário consiste nos possíveis problemas de falta de liberação das faixas de servidão de passagem para a linha de transmissão do Complexo Eólico, ajuizamento de desapropriações de terrenos a serem utilizados na obra, riscos estes que aumentam os custos de indenização fundiária. A Companhia pretende mitigar estes riscos com a contratação de empresa especializada em negociar desapropriações, readequação do traçado de linhas de transmissão, criando alternativas economicamente viáveis, e principalmente pleitear junto a ANEEL a Declaração de Utilidade Pública das obras do Complexo Eólico.
- **Risco de falta de conexão ao SIN - Sistema Integrado Nacional**
A subestação de conexão ao SIN que o Complexo Eólico utilizará ainda não está construída e foi objeto do Leilão 007/2014 - Lote A, quase um ano depois do Leilão que deu origem ao Complexo Eólico de Itaguaçu da Bahia. A Administração pleiteou e conseguiu junto a ANEEL a concatenação de prazos entre o fornecimento da energia do Complexo com a entrada em operação da subestação Gentio do Ouro. A Companhia vem fazendo a gestão de relacionamento com os agentes reguladores e com a empresa vencedora do Lote A do Leilão citado acima para verificar o andamento das obras e evitar possíveis perdas financeiras para a Companhia.

15 Compromissos assumidos

A Companhia possui os seguintes principais compromissos assumidos:

- (a) Em 10 de novembro de 2014, a Companhia e a Casa dos Ventos Energias Renováveis S.A. firmaram Contrato de Cessão de Direitos decorrentes do Contrato de Arrendamento do imóvel onde será desenvolvido o Complexo Eólico Itaguaçu da Bahia. Esse contrato tem vigência de 35 anos, renovado automaticamente por período sucessivo de 10 anos. As partes ainda poderão fazer uma nova prorrogação para mais 25 anos adicionais com novas condições financeiras a serem negociadas.

No período pré-operacional será pago o montante de R\$ 60 mil anualmente, tendo a primeira parcela paga em outubro de 2015. No período operacional este contrato será remunerado pelo equivalente a 1,5% da receita bruta proporcional, deduzindo impostos, taxas e contribuições, sendo divididos pelo número total de aerogeradores da Usina e multiplicados pelo número de aerogeradores efetivamente instalados no terreno arrendado.

- (b) Em 17 de dezembro de 2014, as Sociedades do Complexo Itaguaçu assinaram os Contratos de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado - CCEAR, cujo compromisso de entrega da energia inicia-se em maio de 2018, podendo ser antecipado para janeiro de 2018, de acordo com o Edital ANEEL 010/2013, conforme previsão do Plano de Negócios das Sociedades, devidamente aprovado pelos Acionistas. Abaixo apresentamos um quadro onde destacamos a energia comercializada no CCEAR:

Parque/SPE	GF (*) (MWmed)	Energia Contratada	Preço de Venda (Base Dez/13)
Geradora Eólica Itaguaçu da Bahia SPE S.A.	14,0	12,1	123,99
Geradora Eólica Ventos de Santa Luiza SPE S.A.	14,2	12,2	124,41
Geradora Eólica Ventos de Santa Madalena SPE S.A.	14,7	12,7	124,33
Geradora Eólica Ventos de Santa Marcella SPE S.A.	13,6	11,7	123,83
Geradora Eólica Ventos de Santa Vera SPE S.A.	15,2	13,1	124,03
Geradora Eólica Ventos de Santo Antônio SPE S.A.	16,1	13,9	124,04
Geradora Eólica Ventos de São Bento SPE S.A.	14,4	12,4	124,34
Geradora Eólica Ventos de São Cirilo SPE S.A.	14,7	12,7	124,08
Geradora Eólica Ventos de São João SPE S.A.	15,0	12,9	124,38
Geradora Eólica Ventos de São Rafael SPE S.A.	13,8	11,9	124,14
	145,7	125,6	124,16
Total / Preço médio			

(*) não auditado pelos auditores

- (c) Em 28 de maio de 2015 foi assinado contrato com a empresa Elecnor do Brasil Ltda., para a implantação do sistema de transmissão associado ao Complexo de Itaguaçu da Bahia, sob o regime de empreitada integral, modalidade “*turn key*”, dos bens e prestação de serviços referente: (i) às redes de distribuição em 34,5 kV entre os aerogeradores e as respectivas subestações; (ii) às duas subestações de 34,5/230 kV Itaguaçu da Bahia e I e II (1 x 160 MVA cada); (iii) à Linha de Transmissão 230 kV Circuito Simples entre as Subestações I e II e à Linha de Transmissão 230 KV Itaguaçu da Bahia I até a SE Gentio de Ouro II; (iv) ao *bay* de entrada da SE Gentio do Ouro II para conexão ao SIN e demais itens, denominado BOP Elétrico do Complexo Itaguaçu da Bahia. O contrato tem vigência de 36 meses a contar da assinatura e totaliza R\$ 109.168, já contando com a aplicação do benefício REIDI.

16 Eventos subsequentes

- (a) Em 09 de janeiro de 2017, foi realizada sessão pública para abertura da documentação de habilitação de um único fornecedor, que após habilitado, teve sua proposta comercial aberta em sessão pública ocorrida em 25 de janeiro de 2017, a qual encontra-se em análise pela IBER.
- (b) Registro na JUCERJ das atas de re-ratificação (nota 12)
- (c) Registro na JUCERJ da ata de re-ratificação dos atos societários de aumento de capital da IBER através da incorporação das ações das SPE's geradoras foi efetuado e liberado da JUCERJ em 23 de fevereiro de 2017.

(d) Publicação sobre andamento do resultado do EDITAL CO.IBER.002.2016

Em 13 de março de 2017 a Companhia tornou público a decisão da classificação, segunda as regras do edital, da empresa WEG Equipamentos Elétricos S.A. no processo licitatório dos aerogeradores objeto do edital o qual foi publicado no DOU à página 149. O processo licitatório continuará o seu rito normal para que seja adjudicada a empresa vencedora.

* * *

José Luiz Oliveira de Aguiar
Diretor Administrativo - Financeiro

Marcus Vinicius do Nascimento
Diretor Técnico

Contadora: Maria Inês Dressler
CRC: RS-049754/O-4T-SC